



Lidonildo Costa Pereira
(Organizador)

**NOVAS TENDÊNCIAS
E PERSPECTIVAS
DA EDUCAÇÃO:
métodos e práticas**



AYA EDITORA
2021

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizador

Prof.º Me. Lidonildo Costa Pereira

Capa

AYA Editora

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa

Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.ª Dr.ª Claudia Flores Rodrigues

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.º Me. José Henrique de Goes

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Me. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

*Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus
Pauapebas*

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Ma. Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda

Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Tânia do Carmo

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

Prof.º Dr. Valdoir Pedro Wathier

*Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional,
FNDE*

© 2021 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas desta obra são integralmente de responsabilidade de seus autores.

N824 Novas tendências e perspectivas da educação: métodos e práticas [recurso eletrônico]. / Lidonildo Costa Pereira (organizador) -- Ponta Grossa: Aya, 2021. 135 p. – ISBN 978-65-88580-86-8

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

DOI 10.47573/aya.88580.2.52

1. Educação. 2. Inclusão escolar. 3. Autismo. 4. Aprendizagem. 5. Música - Instrução e estudo. 6. Escolas públicas. 7. Ensino superior. 8. Epidemias. 9. Doenças transmissíveis. 10. Letramento. 11. Alfabetização. 12. Ensino fundamental. I. Pereira, Lidonildo Costa. II. Título

CDD: 370.7

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de
Periódicos e Editora EIRELI

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

Educação em tempos de pandemia: principais desafios para educadores em um contexto de distanciamento social e necessidade de métodos alternativos de ensino

Geuza Soares de Freitas Correa

*Pós-graduada em psicopedagogia, licenciada em pedagogia e sociologia
<https://ORCID.org/0000-0003-23940805>*

DOI: 10.47573/aya.88580.2.52.6

RESUMO

A pandemia de covid-19 constitui um impasse não apenas para a saúde no Brasil, mas para as escolas, oferecendo novos desafios para professores e alunos, tais como necessidade de distanciamento social para controlar o contágio, falta de acesso a tecnologias e outros recursos necessários para educação na pandemia. A discussão realizada neste artigo versa sobre a educação em tempos de pandemia, a partir da seguinte questão norteadora: quais os principais desafios para professores educarem alunos na pandemia de covid-19 no Brasil? Tem, assim, como objetivo geral analisar os principais desafios que se impõem para professores e alunos a partir das políticas de distanciamento social e da falta de possibilidade de aulas 100% presenciais. A pesquisa é de natureza qualitativa, bibliográfica e descritiva, operando a partir de análise e síntese da contribuição de diversos pesquisadores com ênfase no diálogo entre a perspectiva pedagógica e a sociológica. Constata-se que a falta de aulas presenciais impactou de forma radical as crianças de famílias vítimas da desigualdade social, por dois motivos: (1) falta de acesso a tecnologia e (2) falta de capital cultural familiar adequado para adaptação ao novo contexto de aulas que exige acompanhamento mais radical por parte dos pais em casa, assim como algumas habilidades importantes para auxiliar os filhos. Quanto aos professores, suas dificuldades oscilam entre a pouca habilidade no uso das tecnologias e as dificuldades dos alunos para estudarem em casa.

Palavras-chave: covid-19. educação. tecnologia. desigualdade social. classe social.

INTRODUÇÃO

O assunto discutido aqui se refere aos principais desafios para professores escolares durante a pandemia de covid-19. Ou seja, discute o drama que os professores vivenciaram para lecionar em contexto de distanciamento social a partir de 2020. Também se aborda os desafios que os alunos enfrentam em lidar com essas tecnologias associadas a presença ou falta de suporte familiar para estudo em casa. Isso porque quanto mais difícil é para os alunos terem aulas a distância, e quanto menos eles têm acesso à tecnologia e o suporte supracitado, mais difícil para os professores em sua responsabilidade para lidar com a situação.

Como se sabe, por meio da mídia, das redes sociais e da comunicação governamental para a educação, a distância social tem resultado em manter os alunos de todo o país longe da escola (COUTO *et al*, 2020). Uma série de mudanças foram feitas para adaptar a educação aos novos cenários de distância social. Basicamente, aula em casa por meio de tecnologia remota que permite que os alunos acessem os professores online (COUTO *et al*, 2020). Em um país como o Brasil com grande desigualdade social, as dificuldades são muito evidentes: dificuldade de acesso à tecnologia, por um lado, e experiência de uso da tecnologia por alunos e professores, por outro. Existe uma dialética entre as dificuldades do aluno e do professor. Isso significa que se for muito difícil para o professor, será proporcionalmente difícil para os alunos. E quanto mais difícil para os alunos, mais difícil é para os professores.

Portanto, nesse contexto, surge o seguinte questionamento, que é abordado neste artigo: quais foram os principais desafios para os professores educarem durante a pandemia? O objetivo geral é, portanto, delimitar os desafios principais para professores educarem durante a pandemia a partir da produção teórica e empírica de diversos autores que pesquisaram sobre Educação em tempos de pandemia, assim como diálogos interdisciplinares entre uma perspectiva pedagógica e uma sociológica, esta última contribuindo com a reflexão sobre desigualdade

social, a primeira sobre os desafios especificamente pedagógicos dos professores.

Neste estudo não será tratado apenas o problema do acesso a tecnologia por parte dos alunos, mas também o suporte que precisa ser dado pela família para que o aluno consiga estudar em casa. Como será visto, um dos principais problemas associados a educação em tempos de pandemia é a pressuposição de que esse suporte em casa ocorre e que o papel da escola é apenas instruir alunos e pais em relação as novidades pedagógicas na pandemia.

O embasamento teórico discute aspectos sociais que constitui o pano de fundo da educação no Brasil. Este contexto mostra-se decepcionante para os professores e todos os outros tipos de educadores que se especializam na promoção da cidadania nacional, da democracia e da racionalidade.

PANDEMIA, DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO NO BRASIL

A desigualdade social surge na mediação de fatores culturais, geopolíticos e históricos estabelecidos (relacionados à classe social e sua dinâmica) do capital. É construída com base na lei de acumulação do capital em todo o mundo, mas tem as peculiaridades de cada país. As consequências da globalização neoliberal, da insegurança em relação ao trabalho e da destruição dos sistemas de proteção social têm caracterizado novos problemas sociais na sociedade brasileira (NETTO, 2006): precarização do trabalho e do suporte a saúde, vulnerabilidades sociais, abandono de crianças marginalizadas. No caso de Nosella (2008), este afirma que a principal questão ética do nosso tempo se deve à contradição entre a concentração da riqueza e o aumento irracional da pobreza. Portanto, essas injustiças sociais são éticas na sociedade moderna, pois o desejo de resolvê-las é uma opção política diante da disponibilidade de recursos. Grande parte dessa solução é apontada pelo imaginário popular como estando na educação.

Nas contradições da sociedade capitalista, a geração da cidadania e dos direitos sociais é uma forma de reduzir essas injustiças e desigualdades a fim de proporcionar melhores condições aos grupos sociais e classes sociais vítimas de injustiça. Portanto, a política pública, especialmente a política social, é uma forma de o Estado agir para a redistribuição dos benefícios sociais visando reduzir a desigualdade estrutural (HÖFLING, 2001). No entanto, essa lógica ainda é pautada por razões capitalistas, principalmente tendo em vista que há montantes populacionais que sofrem diariamente com a falta de serviços de saúde, educação e saneamento por meio da estrutura neoliberal. Essas políticas ainda são inadequadas e pouco desenvolvidas, acabando por manter a desigualdade social também no âmbito do acesso a saúde dado que o âmbito da cidadania é limitado (HÖFLING, 2001).

O Brasil é uma das sociedades economicamente ricas mais desiguais do mundo. Em 2015, foi confirmado que a soma da população abaixo da linha de pobreza e a população vulnerável à pobreza é de quase 50% do país, ou 100 milhões de pessoas (SILVA *et al.*, 2020). São o resultado de barreiras à educação, saúde, higiene, emprego e acesso à renda (PIRES *et al.*, 2020).

A relação entre epidemia e vulnerabilidades sociais já foi observada em outros momentos históricos, como no caso da gripe espanhola, H1N1, SARS e outras doenças como as associadas diretamente a pobreza (PIRES *et al.* 2020). Aqui, consideramos o impacto do COVID-19

em populações socialmente vulneráveis e quebramos a ideia de doença democrática. Nesse sentido, grupos que vivenciam um cotidiano mais pobre estão muito mais expostos as consequências do COVID-19, não apenas na dimensão da saúde, mas na dimensão educacional.

A educação no Brasil foi impactada pela pandemia de várias formas. Primeiro porque as instituições de ensino pararam suas aulas presenciais, na maioria dos casos e, aliado a isso, há a necessidade de aulas online. O problema é que a desigualdade abissal cria uma linha muito forte entre aquela parte da população que tem internet, celulares, computadores e outra que não tem. Isso significa que em relação a educação, a pandemia opera por classe social. Muitas escolas particulares continuaram suas aulas online, dado que o perfil socioeconômico dos alunos tende a conseguir cumprir os requisitos para isso. Em relação ao ENEM que ocorre todos os anos para admissão de pessoas para bolsas em Universidades, o governo federal tem se posicionado em 2020 a favor de sua realização dizendo aos candidatos que estudem em casa pelo celular ou computador. Mas Laerte Breno, professor e idealizador do Unifavela, afirmou o seguinte em entrevista ao The Intercept Brasil:

Quem tem computador hoje? Quem tem um tablet? Quem tem um smartphone? Quem tem acesso a uma internet de qualidade? Por mais que a gente prepare a aula, por mais que a gente grave cinco, uma hora de aula. Em vídeo. Vai chegar para alguns, e se chegar, vai ser de modo precário. O aluno, talvez, até carregar aquele vídeo, eles se sintam desestimulados. `Ha, beleza, vou baixar aqui o vídeo do professor. Vou estudar aqui na minha mesa bonitinho. E espera o vídeo carregar. E se carregar. Memória cheia no celular. "Ha, mas qualquer um tem um smartphone. Não. Nem todo mundo tem um smartphone hoje. Entendeu? Nem todo mundo tem um celular que dá pra baixar esse vídeo. Tem alunos nossos que tem que sair de casa, usar o Wi-Fi do vizinho, baixar todo o conteúdo, voltar para casa. Isso em isolamento social. Voltar para casa, pegar o celular, colocar na mesa e ler. (THE INTERCEPT BRASIL, 2020b)

Duarte (2012) mostrou que 44% da população do ensino fundamental público no Brasil estava na pobreza em 2009. No estado de Alagoas, 73% dos alunos eram beneficiários do programa bolsa família. No Nordeste, 67% estavam nessa situação. Esses dados mostram que não se está falando de minorias quando se trata da relação entre educação e pobreza. Diz-se que a maioria da população inserida nas escolas públicas brasileiras estão em condições de pobreza (MORENO e VALADARES, 2018).

De acordo com dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, também conhecido pela sigla PISA, demonstram que nas provas, os brasileiros que estão entre 33% de alunos do mundo com nível econômico (NSE) mais alto, tiveram nota média acima de 100 pontos dos 33% de alunos com nível econômico baixo (MORENO e VALADARES, 2018).

Em matemática, os estudantes com nível socioeconômico baixo apresentaram média de 360,8 pontos, enquanto os de alta renda tiveram média de 461,8. A diferença foi de 101 pontos entre elas. O Brasil é o quinto país do ranking com maior diferença entre alunos dos extremos dos níveis sociais. Neste quesito, o país com mais desigualdade é Israel, com 112 pontos de diferença, seguido por Bélgica (104 pontos), Hungria (102) e Eslováquia (102). (MORENO e VALADARES, 2018, s/n)

Na avaliação por região no Brasil, a maior desigualdade em matemática encontra-se no Nordeste. Esta região também apresentou a maior desigualdade em Leitura (MORENO e VALADARES, 2018).

As escolas públicas brasileiras são frequentadas por 70% das crianças de toda a nação. Há para elas diferentes políticas públicas, resultando em grandes discrepâncias entre os currículos implementados por diferentes instituições. Além disso, as crianças ficam na escola de quatro

a cinco horas por dia, muitas das quais são desperdiçadas em chamada de atenção por parte do professor, distribuição de material para estudo e tentativas de disciplinar alunos desinteressados, de acordo com pesquisas. Em outras palavras, as crianças levam menos de quatro ou cinco horas para aprender o que devem fazer. Como resultado, apenas 7,3% dos alunos de escolas públicas apresentam um nível adequado de aprendizagem de matemática e apenas 27% atingem o nível esperado de leitura e escrita. À medida que crescem, esses alunos mal preparados acabam não constituindo adequadamente a força de trabalho do país e produzem consequências inadequadas para o progresso econômico e social. Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2016 e 2017, 2 milhões de pessoas viviam na linha da pobreza. A maioria delas está em extrema pobreza. Isso significa que hoje vivem mais ou menos 54,8 milhões de pessoas nessas condições, das quais cerca de 18,2 milhões são crianças menores de 14 anos (FUNCAÇÃO COLEMANN, 2019, s/n).

A maioria dos alunos de baixa renda frequentam escolas públicas, mas as crianças com melhores condições econômicas em suas famílias tendem a ir para escolas privadas. Essa discrepância ficou evidente nos resultados do PISA supracitado. Em termos de escolaridade, mostra que os alunos de 15 anos de escola pública estão cerca de três anos atrasados em relação aos de escola particular. Como a educação pública abrange a maioria dos alunos brasileiros, esses fatores perpetuam o ciclo de desigualdade social que o país enfrenta. De acordo com uma pesquisa realizada pela OCDE, somente 2,1% dos estudantes brasileiros de baixa renda atingiram um nível educacional satisfatório (FUNCAÇÃO COLEMANN, 2019, s/n).

Entretanto, todos esses dados enfatizam a relação entre educação e classe social como renda, ou seja, fala da desigualdade de renda dos estudantes, ignorando que existem problemas ainda maiores associados a desigualdade que tem efeitos radicais na educação. Desigualdade social por classe não deve ser percebida como desigualdade de renda apenas, mas como uma desigualdade ainda mais profunda e que impacta a educação ainda mais profundamente. Portanto, o conceito de classe social que é utilizado aqui é o do sociólogo Jessé Souza: classe social é um conjunto de pessoas que compartilham determinados tipos de privilégios ou determinadas carências de privilégios socialmente construídos e reproduzidos. O que importa é que determinada classe detém certa capacidade cognitiva, emocional e moral que se reproduz enquanto privilégio, enquanto outras classes não detêm essas mesmas capacidades (SOUZA, 2009).

Falando melhor e em outros termos, a classe média educa seus filhos de um determinado modo: com amor, profunda proteção em todos os sentidos, responsabilidade pelo destino de seus filhos, dentre outras benesses construídas pela civilização como disposições de comportamento. A ralé brasileira educa seus filhos de uma forma diferente: a regra geral é a lei do mais forte sobre o mais fraco, e as crianças tendem a ser deixadas na prática a sua própria sorte. Não tem sentido colocar um pedreiro que ganha seis mil reais na mesma classe social que um professor universitário que também ganha o mesmo valor, visto que seus modos de vida são profundamente distintos, seja na forma de organizar o dia e planejar a vida, conviver com a família, sonhar, ter acesso a arte e cultura, cuidar dos filhos, etc. (SOUZA, 2009).

O sociólogo Souza (2009), divide o Brasil em quatro grandes classes sociais. A primeira classe social é a classe das elites econômicas: pessoas extremamente ricas, donas de todos os meios de produção presentes na sociedade. A segunda é a classe média que constitui os supervisores da produção: pessoas com formação superior que detêm o conhecimento que é

fundamental para o funcionamento das instituições sociais modernas. Os valores dominantes no Brasil são os desta classe, que através da educação e das outras instituições que ela gere e constrói, universaliza os seus valores como sendo naturais. A terceira é a classe trabalhadora: o trabalhador braçal e toda aquela parte da população que não detém conhecimento científico e formação universitária. Por fim, existe a ralé brasileira que não detém nenhum capital econômico e cultural ou estes são insignificantes aos olhos da sociedade, nem possui o capital da classe trabalhadora, já que no mundo industrial até essa classe precisa de conhecimento para exercer as funções do mercado e do Estado, como saber ler, escrever e fazer cálculos (SOUZA, 2009).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo na abordagem do problema. Este tipo de pesquisa geralmente não usa estatísticas como um elemento central para a compreensão do problema da pesquisa. A escolha dessa abordagem está relacionada à questão crucial na escolha de um método. Ocorre que por meios qualitativos, a complexidade do fenômeno estudado é melhor compreendida e mais responsável pela formação de opiniões.

Inicia-se com um estudo bibliográfico que foi feito em agosto de 2021, com destaque para bases de dados de artigos científicos. Os descritores usados foram: “COVID-19 e educação”, “ COVID-19 e escola” e “educação na pandemia”. Esses três descritores foram colocados em bancos de dados como Scielo, Redalyc e Google Acadêmico. A filtragem foi feita lendo vários artigos e resumos de livros, o que ajudou a separar as fontes principais das secundárias. O critério de exclusão dos artigos não foi temporal, muito embora tenha-se dado ênfase a produção entre 2020 e 2021 para as pesquisas diretamente ligadas a educação na pandemia. Mas não foram realizados marcos temporais rígidos devido a necessidade de inclusão de referências que são muito importantes acerca da desigualdade social em relação a educação, como é o caso de Jessé Souza, sociólogo que tem estudado em profundidade a desigualdade social no Brasil. Os critérios de exclusão se referiam, portanto, ao assunto presente nos resumos e considerações finais das referências colhidas, excluindo as que não tratavam do assunto objeto da pesquisa.

Por fim, a leitura foi realizada fazendo uso de apontamentos e fichamentos, tomando-se notas. Sempre que um trabalho se mostrou de extrema relevância, este será separado para leitura mais minuciosa. Os apontamentos buscaram também recolher algumas citações para uso como citação direta ou indireta no trabalho a ser publicado como resultado da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Usos da tecnologia devido ao distanciamento social

Um dos maiores desafios para os professores na era da pandemia é a questão do isolamento social (COUTO *et al*, 2020). Isso ocorre porque o desenvolvimento da aula precisa ser feito remotamente. Para os professores principalmente da rede pública, isso traz alguns problemas específicos ao contexto sociocultural do país. A Internet e a computação são as respostas para esse desafio. A tecnologia relacionada à Internet é um fenômeno que pode ajudar na educação na pandemia. Um espaço potencialmente integrado onde todos os alunos e educadores estão conectados ao ciberespaço.

No período da pandemia, novas relações afetivas e profissionais foram criadas e ressignificadas, muitas pessoas passaram a trabalhar remotamente; famílias passaram a conviver cotidianamente com vários conflitos; pessoas ficaram afastadas de entes queridos para se proteger e proteger o outro; muitos continuaram nas suas atividades por serem essenciais, por não terem outra opção para se manter ou mesmo por não acreditarem que o vírus é real. Enfim, é uma nova realidade que se apresenta. Mas, e a escola? Quais os impactos da pandemia na educação? E os professores e professoras, que, como quaisquer outros cidadãos, passam por todas estas dificuldades, como estão vivenciando esta nova realidade? Quais os impactos e desafios da quarentena para escolas, estudantes e professores? Estas questões nos instigam a continuar pesquisando e vivenciando a educação em tempos de pandemia. (SOUZA, 2020, p. 111)

As ferramentas de comunicação são diversas e cada instituição escolar precisa adotar a melhor forma de comunicação efetiva em relação às peculiaridades dos alunos e educadores da sua região. Algumas das tecnologias utilizadas facilitam a educação em aplicativos como zoom, Google Classroom, grupos de WhatsApp para diálogo e compartilhamento de informações e orientações para alunos, YouTube e situações em que a presença física não é possível. Se pode arrolar aqui muitas outras mídias digitais (PASINI, 2020). No caso de Souza (2020), este autor também afirma que a pandemia agravou algumas questões, como perspectiva instrucionalista e conteudista.

Nesse sentido, o ensino remoto transferiu o que já se fazia na sala de aula presencial e, em muitos casos, aflorou uma perspectiva de educação instrucionista, conteudista. Temos acompanhado crianças e adolescentes cansados por ficarem horas diante da tela do computador assistindo aulas e fazendo atividades. Neste tipo de ensino, que é utilizado em tempos de guerra, tragédias naturais ou emergência, o potencial das tecnologias digitais em rede é subutilizada, visto que as TIC, prioritariamente, são utilizadas para transmitir as informações através de aulas expositivas via ferramentas de webconferência ou videoaulas. (SOUZA, 2020, p. 113)

Apostilas foram fornecidas para permitir que os alunos acompanhassem aulas em muitas partes do Brasil que têm problemas de acesso à internet devido à desigualdade social. O desafio está relacionado à formação de aulas em um tempo curtíssimo. Esta é uma experiência inovadora em países onde o ensino à distância ainda é pouco usado, o que pode complicar a plataforma para professores e alunos. Muitos professores têm dificuldade em lidar com essas tecnologias. Isso sugere que os alunos também têm essas dificuldades.

Além dessas dificuldades, as escolas lidam com a insatisfação dos pais dos alunos, e muitos deles não entendem a necessidade da distância social e, portanto, a necessidade do ensino a distância temporário. Outros pais também reclamaram mais especificamente da dificuldade de acesso à tecnologia, ou muitas vezes de lidar com ela, mesmo estando em casa. Alguns pais ameaçaram cancelar a matrícula do aluno, argumentando que não faz sentido matricular se o aluno não estudar. Isso acontece com mais frequência em escolas particulares porque os pais não querem pagar sem que seus filhos realmente aprendam e aproveitem tudo que a escola deveria dar aos seus alunos (LAGUNA *et al*, 2021; ALVES, 2020).

Existe uma grande sobrecarga psicológica e emocional devido à falta de hábitos de trabalho online (PASINI, 2020). Assim, alguns professores não acompanham a quantidade de atividade que a escola impõe, não acompanham a falta de adaptação a novas ferramentas e métodos de ensino que são principalmente digitais. Os alunos também sofrem com tudo isso porque têm uma grande responsabilidade que não estão acostumados. Os professores também têm dificuldade de trabalhar em casa devido à falta de disciplina e adaptação dos alunos que se encontram em um estágio imaturo do ponto de vista intelectual e educacional.

Apesar do EAD já ser uma realidade na educação brasileira, ele estava direcionado quase que na sua totalidade para o Ensino Superior, sendo outra parte para os cursos técnicos profissionalizantes. Na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), a regra geral das escolas, quando utilizavam, tendia para o EAD apenas como forma de educação complementar, sendo autorizado o EAD para casos específicos do Ensino Médio, especialmente para cursos profissionalizantes. Além disso, o parágrafo 4o do art. 32 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB) define que “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. (PASINI, 2020, s/n)

Nesse contexto, a principal questão é se os professores e os alunos usam a tecnologia de maneira adequada (PASINI, 2020). A tecnologia é um grande desafio e a desigualdade social associada à dificuldade de acesso à tecnologia potencializa esse desafio. Nesse sentido, surgem novos impasses para escolas e professores, muitos relacionados ao que deve ser feito para viabilizar as classes remotas em situações sociais em que na maioria das escolas e residência dos alunos não existam pré-requisitos para essa realização de forma adequada.

Assim, a paralisação das escolas trouxe para o debate educacional o problema da desigualdade associado ao problema do acesso à tecnologia e das possibilidades da maioria dos alunos brasileiros (CORDEIRO e COSTA, 2020), ou melhor, da impossibilidade de fazer parte desse novo método de ensino demandado pela situação de pandemia. Deve-se enfatizar que a disponibilidade das tecnologias para educação não presencial ou semipresencial é um pouco diferente do conceito de educação a distância em seu sentido universitário. Mas a situação de emergência fez com que muitos governos estaduais e municipais, necessitando reestruturar educação a distância passasse a dedicar esforços para preparar os professores para educação remota onde a mediação das tecnologias da informação está sendo feita. Devido a isso, se cobra dos professores uma capacidade para essa nova experiência ao fazer um uso melhor possível das tecnologias. Nesse ponto, é importante frisar também o quanto para muitos professores essas tecnologias são exóticas. Abaixo seguem algumas das tecnologias mais utilizadas para ensino:

Tabela 1 - Tecnologias Usadas na Educação em Pandemia

Sistema Moodle	Organização da disciplina e de Cursos e aulas On-Line	O programa permite a criação de cursos “on-line”, páginas de disciplinas, grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem, estando disponível em 75 línguas diferentes. A plataforma é gratuita e riquíssima, aceitando vídeos, arquivos diversos. Já está sendo amplamente utilizada na UFSM.
Google Classroom	Organização da disciplina e de Cursos e aulas On-Line.	O Google Sala de aula (Google Classroom) é um serviço grátis para professores e alunos. A turma, depois de conectada, passa a organizar as tarefas online. O programa permite a criação de cursos “on-line”, páginas de disciplinas, grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem.
YouTube	Transmissão de aulas e repositório de vídeos	Plataforma de compartilhamento de vídeos e de transmissão de conteúdo (ao vivo – “Lives” ou gravados). O docente pode criar o “seu canal” e ser acompanhado pelos discentes, já acostumados com a plataforma
Facebook	Transmissão de aulas e informações em grupos fechados	Mais destinado ao Ensino Médio e à Educação Superior, o docente pode criar um “Grupo Fechado”, onde ele realiza perguntas iniciais de identificação dos usuários. Nessa plataforma, o docente pode incluir conteúdos e realizar “lives” (aulas on-line), que já ficam automaticamente gravadas.
StreamYard	Transmissão on-line e videoconferência	Estúdio on-line gratuito para lives com um ou mais profissionais. Ele pode ser relacionado ao YouTube ou ao Facebook. Possui uma versão paga, com maiores aplicações, mas a gratuita auxilia nas atividades docentes
OBS Estúdio	Transmissão on-line e videoconferência	O Open Broadcaster Software, que pode ser traduzido como Software de Transmissão Aberta realiza a mesma atividade que o Stream Yard, mas pode realizar gravação ou transmissão on-line. Ou seja, diferentemente do StreamYard, o docente baixará um aplicativo no seu computador, onde poderá realizar as atividades de transmissão ou gravação.

Google Drive	Armazenamento de arquivos nas nuvens	Além de economizar o espaço do equipamento tecnológico, o Google Drive permite o compartilhamento de arquivos pela internet para os alunos. Por exemplo, após carregar o arquivo para a “nuvem” da internet, o docente pode criar um link compartilhável. Até 15 Gb de memória o Google Drive é gratuito. Excelente ferramenta de criação de arquivos de recuperação.
Google Meet	Videoconferências	Aplicativo para fazer videoconferências on-line, com diversos participantes, até 100 na versão gratuita, tendo o tempo máximo de 60 minutos por reunião, nessa versão. Existe uma versão paga, quando o tempo é livre e a quantidade de participantes aumenta para 250.
Jitsi Meet	Videoconferências	Aplicativo para fazer videoconferências on-line, gratuito, que funciona dentro do Moodle. Possui as mesmas funcionalidades do Google Meet.

Fonte: Pasini (2020)

Mas essa pandemia trouxe também para os professores um desafio muito mais profundo que é o desafio da desigualdade social que marca a sociedade brasileira. Em outros termos, a maioria das crianças não têm acesso à internet de qualidade, aparelhos celulares, computadores, espaço adequado em casa onde possam estudar sem serem interrompidos pelo barulho da família. É necessário imaginar em classes sociais marginalizados como é possível crianças estudarem em casa em um ambiente que é totalmente refratário a qualquer forma de atividade intelectual. Como será visto mais a frente, essas crianças marginalizadas economicamente são também marginalizadas culturalmente na medida em que o seu ambiente impossibilita que ela estude em casa. Para essa classe vítima da desigualdade social, o espaço da escola é o único espaço possível para o exercício do processo de aprendizagem. Não há, assim, suporte dos pais para o estudo em casa, assim como dificilmente havia apoio para o estudo na escola. Ou seja, a pandemia trouxe a evidência de uma marginalização da educação, evidenciando as fragilidades do ensino brasileiro e tornando ainda mais forte, o que constitui aqui outro grande desafio para o professor: o sentimento de impotência em relação à capacidade de educar, o que tende a causar no professor um desestímulo para educar em tempos de pandemia (SOUZA e COIMBRA, 2020).

Tudo isso também traz o problema da individualização do ensino e conseqüentemente do processo avaliativo. Isto porque as provas não são mais feitas sobre a vigilância do professor, necessitando atualmente em tempos de pandemia de uma autovigilância por parte do aluno e da família (SOUZA e COIMBRA, 2020; DIAS, 2021). Na medida em que os controles exercidos na escola através da presença do professor no processo avaliativo para assegurar que de fato é o aluno que está sendo avaliado, embora as tecnologias possibilitem alguma forma de controle, não é a mesma coisa que o ensino presencial, assim como as tecnologias mais avançadas para esses controles como, por exemplo, avaliações através de Videochamada demanda também um conjunto de tecnologias e de internet de boa qualidade, algo inacessível para a maioria da população de alunos brasileiros, que apenas limitadamente conseguem acessar internet.

É fundamental se pensar avaliação das crianças dentro deste contexto em pandemia tendo em vista as possibilidades de acesso das crianças para as atividades escolares e do seu aproveitamento. Perante isso é importante realizar uma nova avaliação para que se consiga medir os efeitos do período de afastamento da escola presencial, posto que mesmo com uso das tecnologias e o andamento das aulas, os alunos serão prejudicados de alguma forma o que está sendo pressuposto de forma fundamentada teoricamente e em grande medida empiricamente em muitas pesquisa (LAGUNA, 2021; CORDEIRO e COSTA, 2020; ALVES, 2020).

Principais desafios para professores e alunos

Pode-se definir educação como um conjunto de ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos em uma relação ativa entre natureza, sociedade e ambiente social, em um determinado contexto da relação entre grupos e classes sociais (LIBÂNEO, 2000).

Entre 2020 e 2021, com o tripé pandemia-desigualdade-educação se descortina uma radicalização dos problemas educacionais no país, pois fica mais claro um dos problemas básicos da educação brasileira: a educação da “ralé” brasileira, termo este teoricamente construído pelo Sociólogo Jessé Souza para retratar a miséria psicossocial para além da miséria econômica. Ocorre que as escolas atuais estão padronizadas para pressupor dos alunos um conjunto de capacidades morais, cognitivas e afetivas. Assim, a escola pressupõe que o aluno da “ralé” tenha a mesma capacidade cognitiva, moral e afetiva de uma criança de classe média. Isso faz com que haja um sentimento generalizado de insensibilidade em relação a desigualdade social dos alunos e suas famílias. Parcos esforços foram realizados com vista a trabalhar esse aspecto: as políticas do governo para lidar com a relação entre pandemia e educação operaram em cima da categoria “aluno”, “professor” e “família” sem colocar o problema da desigualdade de forma séria (LAGUNA, 2021; ALVES, 2020). Isso fez com que desde o início da pandemia no Brasil, não fossem tomadas medidas políticas focadas especificamente na questão da desigualdade social que impacta as crianças das escolas. Se ignorou inclusive a pouca habilidade dos alunos em lidar com tecnologias, onde a maioria não tem internet em sua residência, não tem computadores, internet ou qualquer uma das tecnologias fundamentais para um ensino temporariamente a distância.

Para contornar isso, foram tomadas medidas de apostilas e diversos tipos de materiais entregue a alunos para que estudem em casa, com auxílio do professor operando na maior parte do tempo a distância (LAGUNA, 2021). Neste ponto, a família ocupou um lugar fundamental: a família passou a tomar o lugar da escola no que se refere a tarefa de vigilância em relação a horários de estudo, cobrança para realização de tarefas e suporte emocional para os estudos. O problema é que as famílias da “ralé” não podem, na maioria dos casos, com raras exceções que são inerentes a vida social, oferecer esse suporte (SOUZA, 2009). Logo, a educação em tempos de pandemia no Brasil foi marcada por uma paralisação quase completa dos estudos das crianças da “ralé”, onde apenas crianças de classe média puderam, mesmo que limitadamente em vários casos, estudar durante a pandemia e serem produtivos de fato (CORDEIRO e COSTA, 2020).

A influência de uma família em uma criança será refletida no desempenho escolar na escola e, ainda mais, no desempenho escolar em casa, o que foi mais exigido pelo contexto de pandemia. O Sociólogo Jessé Souza realizou uma pesquisa sobre o que chamou de má-fé da educação entre 2004 e 2008 se referindo a forma como as escolas tendem a ignorar o problema radical da desigualdade social dos alunos e suas famílias, tendendo a ver o aluno e a família como duas categorias universais, como se não houvesse um tipo de família em cada classe social, como se os alunos e suas famílias tivessem a mesma capacidade cultural. Conforme aponta o autor, na maioria das famílias da “ralé” brasileira, a regra é a não família, ou seja, a família desestruturada que não dá suporte emocional para a educação dos filhos.

Quando falamos de vida familiar organizada estamos nos referindo a qualquer configuração familiar que seja constituída por pessoas capazes de oferecer uma situação de vida segura, estável e emocionalmente equilibrada às crianças. Uma família organizada (ou estruturada) não é necessariamente aquela em que exista a figura biológica do pai e da mãe, mas sim aquela em que as funções sociais de pai e mãe sejam preenchidas, independentemente do vínculo biológico com a criança. Isso serve para qualquer pessoa que cumpra a função de amar, proteger e cuidar dessa criança, garantindo um ambiente seguro e emocionalmente equilibrado, e que seja capaz de satisfazer as demandas afetivas e de construir a autoconfiança infantil. Esse tipo de estrutura familiar se contrapõe ao que chamamos de família desorganizada, que é o tipo de configuração familiar marcada pela desorganização da vida econômica e moral de seus membros. A família desorganizada é aquela que não consegue cumprir a função de garantir o desenvolvimento satisfatório da segurança afetiva entre seus membros, não conseguindo garantir aos seus filhos a segurança de “saber-se amado”. (SOUZA, 2009, p. 289)

As famílias são indispensáveis porque precisam dar o componente afetivo que as crianças precisam para os estudos. Precisam estas aprenderem a valorizar o ato de estudar, gostar, se sentir à vontade estudando, precisam ser recompensadas emocionalmente quando tiram boas notas, precisam ser instigadas a tarefas educacionais, incentivadas a respeitar a figura do professor e seus colegas alunos, precisam, em última análise, de uma série de pressupostos afetivos, emocionais e morais, já que a escola tende a pressupor como inatas essas capacidades. Assim, envia-se as mesmas tarefas e do mesmo modo para todos os alunos indiscriminadamente, não importando se um aluno é de família desestruturada, cujos pais não exercem suas funções, e alunos de classe média, onde a grande massa das famílias tende a ser estruturada: a estrutura familiar organizada com suporte emocional para os estudos é um privilégio de classe e a maioria das crianças da “ralé” não tem este privilégio. Os professores pressupõem que o suporte familiar aos estudos dos filhos é universal prejudica a educação como um todo ainda mais na pandemia. Jessé Souza define bem o papel do “componente afetivo” que os pais dão aos filhos como elemento central para o sucesso nas escolas.

Esse componente afetivo que os pais direcionam à vida escolar dos filhos é decisivo para a grande maioria dos processos de aprendizagem bem-sucedidos. A partir das pesquisas realizadas, percebemos que a dinâmica da aprendizagem está pautada no seguinte processo: quando tem bom desempenho, a criança sente que é recompensada com o amor e a aprovação dos pais. Se ela sente que isso é algo tão importante para eles, passará a pautar progressivamente suas ações no sentido de receber essa aprovação sempre e mais. A criança que recebe reconhecimento e amor por ser boa aluna passará a ter os estudos como uma fonte fundamental para a sua autoestima, pois sabe e sente que as pessoas mais importantes de sua vida na e reconhecem-na valorizam de forma especial por levar a sério sua vida escolar. Sente que essas mesmas pessoas se entristecem e sofrem quando ela não se dedica o suficiente. Esses pais são capazes de demonstrar importância social e simbólica ao que é escolar, de atribuir um lugar efetivo e valorizado dentro do seio familiar à criança que estuda. É graças a essa carga afetiva que os pais transmitem aos filhos juntamente com a vigilância e os incentivos (principalmente aqueles que eles transmitem espontaneamente através de seus exemplos vivos) a favor dos estudos que faz com que, pouco a pouco, essas crianças transformem os desejos dos outros — que elas amam e com os quais por conta disso se identificam — em seus próprios desejos. (SOUZA, 2009, 283)

Agora deve-se imaginar a situação seguinte: na pandemia os professores pedem aos alunos que acessem uma aula online através de um computador ou smartphone. O que acontece se esse aluno não tem essas tecnologias em casa? Ou se tem um smartphone, não tem internet em sua residência. Como solução pode o professor imprimir, com ajuda da escola, material para esses alunos e entregar dando a eles diretrizes e prazos para tarefas escolares que precisam ser realizadas em casa. Ainda aí há alguns problemas centrais, porque o papel dos pais tende a ser ainda maior do que era antes da pandemia para auxiliar os alunos: se antes da pandemia o papel fundamental era buscar dar suporte emocional, cognitivo e emocional aos filhos para os

estudos na escola, além de acompanharem os filhos na escola buscando informações sobre o comportamento e rendimento nos estudos, agora soma-se a esses problemas outro: não apenas as famílias da “ralé” não pode dar aos seus filhos o suporte supracitado, como não pode dar um novo suporte que a Educação em tempos de pandemia exige: disciplinar e fiscalizar em casa o estudo de seus filhos (CORDEIRO e COSTA, 2020), olhando se estão cumprindo as tarefas nos prazos, se estão estudando a quantidade de horas sugeridas pela escola, se estão, em síntese, exercendo um papel que era antes exercido na escola pelos professores. Há uma responsabilização maior dessas famílias que mal conseguiam cumprir suas responsabilidades com a educação dos filhos antes da pandemia.

A educação em tempos de pandemia com distanciamento social teve desta maneira dois empecilhos que estão, ambos, associados principalmente a desigualdade social: (1) falta de acesso a tecnologia por parte da maioria dos alunos; (2) falta de suporte adequado por parte da família para estudo em casa. Esses dois desafios podem ser explicados conforme o seguinte.

A pandemia representa grande desafio para professores e alunos, especialmente na educação básica. Como se pode manter um vínculo com os alunos, mesmo se eles não estiverem no mesmo espaço? Como aprender e educar usando Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)? Como se usa essas tecnologias de rede digital na educação nesses países desiguais quando se trata de acesso à Internet e conectividade de alta qualidade? São questões que confundem os professores porque sugerem a necessidade de uma nova formação (PRETTO, 2005), isto com vista a fomentar outras possibilidades que podem ir além do modelo tradicional de educação (FREIRE, 2011).

As TIC já fazem parte do dia a dia da escola, direta ou indiretamente, e fazem parte da realidade de muitos professores e alunos, mas usar as TIC em vez de reuniões presenciais durante uma pandemia é um desafio: demanda acesso do aluno a Internet, formação de professores para planejamento e execução de atividades online, suporte dos pais para cumprimento das tarefas escolares que devem ser realizadas em casa. As TIC, os ambientes virtuais de aprendizagem e as redes sociais, que agora fazem parte da vida das sociedades modernas, não devem ser vistas como simples objetos ou soluções para velhos problemas. Acima de tudo, devem ser vistas como a força motriz para a criação de novos relacionamentos. Portanto, a educação é nesta pandemia mais única do que nunca, exigindo que os professores explorem outras possibilidades por meio do uso das TIC (PRETTO, 2005).

Segundo levantamento do Instituto Península (2020), 88% dos docentes nunca ministraram aulas à distância e 83,4% consideram que não estão prontos. Mesmo os professores que já usam a tecnologia digital para dar suporte às aulas em sala de aula podem ter dificuldade de se adaptar à educação a distância porque não têm infraestrutura suficiente em casa ou treinamento específico para trabalhar na educação online. O uso de tecnologias digitais em rede na educação mostra que os ambientes virtuais estão mudando o reino das práticas educacionais praticadas na modalidade presencial. Porque estes são os outros espaços e tempos educacionais apresentados.

No entanto, não se deve perder de vista o primeiro princípio básico de que a formação de professores é prática, não teoria da prática. O ensino a distância tem se tornado um desafio para esses profissionais que precisam realmente aprender como desenvolver aulas utilizando as TIC. O ensino a distância tem causado aumento do nível de ansiedade entre os professores

(PENÍNSULA, 2020). Esses resultados indicam a necessidade de suporte técnico e psicológico aos professores. Segundo Santos (2020), a educação a distância deixa sua marca, por vezes possibilitando encontros amorosos e uma boa dinâmica curricular, desde que não reproduza modelos que subutilizam todo potencial da cibercultura.

Essas são as principais dificuldades na dimensão do acesso de alunos a tecnologia e da experiência dos professores em dar aulas usando as mesmas. Entretanto, as dificuldades não são apenas na dimensão tecnológica, mas também na dimensão da desigualdade social: uma educação realizada a distância ou semipresencial envolve maior dedicação dos pais a seus filhos, envolve que consigam disciplinar e dar todo o suporte emocional, cognitivo e moral para os estudos. Esta não é a realidade da maioria dos alunos do Brasil, principalmente na esfera mais socialmente problemática que é a dos alunos da “ralé” brasileira, de famílias em sua maior parte desestruturadas. Como demonstra a pesquisa de Jessé Souza (2009) sobre essa classe social, enquanto na classe média a desestruturação familiar tende a ser exceção, nas famílias da “ralé” a desestruturação familiar é a regra, sendo o oposto sua exceção.

Mas a razão pela qual essas dificuldades para educação foram potencializadas ainda mais na pandemia é que essa classe social marginalizada não é percebida como uma classe social no sentido social propriamente dito, mas meramente como classe em seu sentido econômico: os alunos de famílias marginalizadas são vistos como carentes de recursos econômicos e culturais no sentido de escolarização. Não são vistos como carentes de pré-condições emocionais, morais e cognitivas para a escola, não são vistos como despossuídos de família estruturada. Isso fez com que durante toda a pandemia as escolas falassem em “alunos” em geral e não alunos dessa ou daquela classe. Souza (2009) resume a tragédia da não percepção da classe social da “ralé” da forma seguinte:

Assim, as capacidades da disciplina, do autocontrole, do cálculo prospectivo que permitem a ideia e a prática da noção de personalidade autorresponsável e racional, que são na realidade as causas sociais da posição dominante das classes média e alta, são simplesmente “supostas” como características universais de todas as classes sociais. É isso que permite generalizações absurdas do tipo “o brasileiro” em geral. [...] O que a classe média aprende na escola é uma mera extensão das virtudes que já estavam sendo aprendidas desde o berço. Como esse aprendizado se dá por identificação afetiva com as figuras paternas (ou as que cumprem esse papel), ele adquire a forma de uma “segunda natureza”, a qual é percebida como óbvia, não consciente e já dada. O processo de construção afetiva e social de tipos humanos tão diferentes, que é a base para a compreensão de toda a dinâmica social, é simplesmente obscurecido. (SOUZA, 2009, p. 405)

Assim, todas as consequências educacionais da desigualdade social foram potencializadas na pandemia, fazendo com que uma classe social de crianças e adolescentes sofressem os efeitos dos problemas da educação a distância de uma forma muito mais forte do que os alunos da classe média, cujas condições sociais para a educação vão muito além da mera presença de tecnologia. São alunos estes que além de não ter internet e computador em casa, não tem pais com condições psicossociais para estruturar sua vida estudantil em casa.

As pesquisas sobre educação em tempos de pandemia tendem a enfatizar o problema do acesso a tecnologia por parte dos alunos e professores e da parca experiência com elas. Enfatizam muitas vezes o problema da pobreza, mas enfatizando aspectos meramente econômicos. As pesquisas de Jessé Souza são inovadoras em sua demonstração de que no Brasil, milhares de crianças não são apenas pobres no sentido de falta de recursos econômicos, são “ralé” no sentido de serem abandonadas e humilhadas cotidianamente. O autor propõe chamar

de “ralé” ao invés de “pobre” porque afirma a importância das instituições, como as escolas por exemplo, refletirem para o fato de que esses “pobres” são também despossuídos das condições não apenas econômicas e cognitivas, mais morais e emocionais para o estudo: vivenciam humilhação cotidiana, sendo tratados na prática como “ralé” propriamente dita.

Toda essa não percepção da classe da “ralé” enquanto uma classe social com necessidades especiais de educação foi potencializada na pandemia e seus efeitos foram profundos (CORDEIRO e COSTA 2020). Assim, a tendência das escolas é em falar sobre “os alunos”, ignorando a divisão desses alunos por classe social, a não ser quando esta é vista meramente como renda.

Fecha-se assim, as dificuldades para educação em tempos de pandemia: de um lado o problema tecnológico que está ligado ou a falta de tecnologia ou a falta de experiência com seu uso para a educação de crianças e adolescentes; de outro, o aumento das responsabilidades familiares para com a educação dos filhos em casa. Ambas essas dificuldades tem como centro o problema da invisibilidade da desigualdade social brasileira, que tende a ser vista meramente como um nome, sem efeitos teóricos e práticos: não se estrutura o discurso sobre educação, os métodos, as políticas com base na desigualdade, esta é tida meramente como um nome a ser mencionado (SOUZA, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui se buscou discutir os principais problemas para educação brasileira em tempos de pandemia a partir de uma análise da contribuição de diversos autores que pesquisaram sobre essa educação, aliada a contribuição da perspectiva sociológica acerca da desigualdade e sua relação com a Educação. Foi possível constatar o seguinte:

A pesquisa sobre educação em tempos de pandemia tende a enfatizar o problema da tecnologia no que se refere ao seu acesso por parte dos alunos ou a experiência por parte do professor no uso dessas tecnologias. Alternativamente, há pesquisas que enfatizam o problema da pobreza para educação na pandemia, mas foca mais na questão da pobreza econômica em sua maioria das vezes sob uma ótica em cima novamente da falta de acesso e experiência com tecnologias para educação não presencial ou semipresencial. Mas pouco se fala adequadamente acerca do problema da classe social em relação a educação em tempos de pandemia, o que seria feito se a classe social dos marginalizados não fosse vista meramente como classe econômica, como despossuídos economicamente. Não se vê o capital cultural e afetivo que a desigualdade social tende a transformar em privilégios da classe média, mas que não está presente na maioria dos lares das crianças e adolescentes das escolas públicas, a maioria vítima da desigualdade social.

Assim, os principais desafios para educação em tempos de pandemia se referem a (1) problema tecnológico (falta de acesso e/ou experiência com o uso) e (2) falta de capital cultural das famílias para dar suporte aos filhos na educação não presencial ou semipresencial. Ambos esses fatores tem como núcleo o problema da desigualdade social dos alunos.

Esta pesquisa sugere algumas pesquisas empíricas. Seria interessante mais estudos, principalmente etnográficos, com acompanhamento da vivência de alunos e suas famílias na

educação durante a pandemia para compreender melhor o drama vivenciado por alunos e, conseqüentemente, por professores.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. *Educação*, 8(3), 348–365. 2020. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p348-365>

CHINOY, Ely. *Sociedade: uma introdução à sociologia*. São Paulo: Pensamento-cultrix, 2008.

CORDEIRO, Kally Maria; COSTA, Renato Pontes. Educação Na Pandemia Do Novo Coronavírus: Mídias E Desigualdade. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, V. 6 – N. Especial – pág. 81 - 97 – (jun. – out. 2020): “Educação e Democracia em Tempos de Pandemia”.

COUTO, E. S. *et al.* #Fiqueemcasa: Educação Na Pandemia Da Covid-19. *Educação*, 8(3), 200–217. 2020. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-217>

DIAS, Érika. A Educação, a pandemia e a sociedade do cansaço. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* [online]. 2021, v. 29, n. 112 [Acessado 19 Novembro 2021], pp. 565-573. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002901120001>>. Epub 05 Jul 2021. ISSN 1809-4465. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002901120001>.

FERNANDÉZ, Alicia. *Inteligência aprisionada*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

FREDDO, Tânia Maria. *O ingresso do filho na escola: o polimento dos espelhos dos pais*. Passo Fundo: UPF, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FUNDAÇÃO LEMANN. *Pobreza, desigualdade e o potencial das escolas públicas: Uma educação para todos é a chave para o desenvolvimento de um país*. 2019. <https://fundacaolemann.org.br/noticias/pobreza-desigualdade-e-o-potencial-das-escolas-publicas>

LAGUNA, Thalyta Freitas dos Santos *et al.* Educação remota: desafios de pais ensinantes na pandemia. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.*, Recife, 21 (Supl. 2): S403-S412, maio., 2021

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, Para quê?* São Paulo: Cortez, 2000

MORENO, Ana Carolina; VALADARES, Marcelo. Desigualdade entre alunos ricos e pobres no Brasil está entre as maiores do mundo, diz estudo: Levantamento do Mapa da Aprendizagem, feito pelo Portal lede com dados do Pisa 2018, mostra que o país tem a 5ª maior desigualdade em matemática e a 3ª maior em leitura e em ciências. 2019. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/12/19/desigualdade-entre-alunos-ricos-e-pobres-no-brasil-esta-entre-as-maiores-do-mundo-diz-estudo.ghtml>

OLIVEIRA, Zilma R. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. Cortez, 2002

OSÓRIO, L. C. *Família hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PASINI, Carlos Giovanni Delevati *et al.* *A educação híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações*. FAPERGS, 2020.

PENÍNSULA, I. Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil. 2020.

PRETTO, N. de L. (Org.). Tecnologia e novas Educações. Salvador/Bahia: Edufba, 2005.

SANTOS, E. EAD: palavra proibida? Revista Docência e Cibercultura, 2020.

SOUZA, Elmara Pereira de. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. Ano XVII Volume 17Nº 30 jul./dez. 2020.

SOUZA, Ana Paula Ribeiro; COIMBRA, Leonardo José Pinho. A educação e as novas tecnologias de informação e comunicação no contexto da pandemia do novo coronavírus: o professor “r” e o esvaziamento do ato de ensinar. Revista Pedagogia, Cotidiano Ressignificado, V. 1 n. 04, 2020.

SOUZA Jessé. A instituição do fracasso: a educação da “ralé”. In.: A Ralé Brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

THE INTERCEPT BRASIL. O Enem, a favela e o coronavírus: tem aluno que precisa do wi-fi do vizinho. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/06/01/enem-favela-coronavirus-aluno-unifavela/>



AYA EDITORA
2021